



Número 28 - Julho 2006

ANÁLISE DE CONJUNTURA

**A conjuntura econômica no
segundo semestre de 2006**

A conjuntura econômica no segundo semestre de 2006

A economia brasileira em 2006 vem apresentando comportamento favorável até o momento. Algumas previsões indicam crescimento em torno de 4%, neste ano. O que diferencia 2006 é que o mercado interno é que está alimentando a economia, enquanto nos dois últimos anos, as exportações impulsionaram o crescimento.

Alguns elementos podem influenciar o segundo semestre:

- continuidade dos movimentos econômicos verificados desde o final do ano passado, como a redução do juros e a manutenção do patamar do câmbio;
- especificidades deste ano, como Copa do Mundo e eleições gerais; e
- instabilidades que se verificam no cenário internacional.

Esses devem ser os principais elementos explicativos do que se anuncia para os próximos meses. Esta Nota Técnica procura avaliar este cenário destacando seus impactos para a conjuntura das negociações coletivas no segundo semestre deste ano.

Crescimento da economia

Em 2006, o PIB brasileiro cresceu 1,4% no primeiro trimestre em relação aos últimos três meses de 2005, puxado principalmente pelo aquecimento do mercado interno.

Razões para o crescimento

O crescimento do PIB no primeiro trimestre de 2006 foi impulsionado por uma particular conjunção de fatores no contexto nacional, entre os quais se destaca:

A- Continuidade da queda da taxa básica de juros (SELIC).

Em 31 de maio, a taxa de juros caiu para 15,25% ao ano, registrando, assim, a oitava redução seguida. Esta diminuição só é possível porque os índices de inflação apontam uma inflação igual ou menor a 4,5%, valor estabelecido pelo Banco Central como a meta inflacionária para o ano de 2006. Assim, há margem para novas reduções dos juros. Apesar dessa trajetória de queda da Selic (o Sistema

Especial de Liquidação e Custódia, do Banco Central do Brasil), os juros reais (taxa de juros resultante do desconto da inflação) seguem em níveis elevados.

B- Expansão do crédito e elevação do consumo interno

O crédito consignado e uma política mais agressiva dos bancos para concessão de empréstimos têm possibilitado uma expansão sensível do crédito, o que eleva a capacidade de consumo da sociedade;

C- Crescente capacidade de consumo das faixas de salários mais baixos da população

Os programas sociais, especialmente o bolsa-família, e o crescimento real do salário mínimo, sentido a partir do início de junho, garantem o aumento do consumo para as famílias de baixa renda.

D- Crescimento consistente da indústria neste início de ano

A indústria foi a responsável pelo desempenho positivo do PIB no primeiro trimestre, apresentando crescimento de 3,4% na comparação com os primeiros três meses de 2005. Desta forma, este setor completou nove semestres seguidos de resultados positivos, em comparação com mesmo período do ano anterior.

E- Elevação do nível de investimento na construção civil e na indústria

O nível de investimento medido pela Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), que apresentou pequeno aumento em 2005 (1,6%), cresceu 9% no primeiro trimestre de 2006, em relação aos primeiros três meses de 2005.

Os setores responsáveis pelos investimentos foram a construção civil e a produção e importação de bens de capital. A estimativa para 2006 é que o investimento se expanda em 6%.

Ao que tudo indica, parte da indústria está renovando suas máquinas através de importações, aproveitando o dólar favorável. Os dados comprovam significativo aumento das importações de máquinas e equipamentos: 34% no primeiro trimestre¹. Com a valorização do real nos últimos anos, o setor brasileiro de produção de máquinas e equipamentos tem perdido espaço para a indústria de outros países,

¹ Dados do Sistema de Contas Nacionais, divulgada pelo IBGE.

especialmente a China, a exemplo do que ocorre a mais tempo com setores de produção nacional de componentes.

O setor da construção civil tem experimentado uma retomada de atividades devido, principalmente, a um pacote de incentivos fiscais e creditícios, lançado pelo governo para estimular o setor de construção habitacional e, também, à ampliação do crédito habitacional público e privado, provocada pela queda sistemática nas taxas de juros e nos patamares inflacionários.

F- Ano eleitoral e Copa do Mundo estimulam determinados setores

A perspectiva de eleições gerais (presidente da República e governadores dos estados) leva a uma aceleração do ritmo de obras que devem ser concluídas ainda dentro do calendário eleitoral, especialmente no período até agosto. Também ativa alguns outros setores (têxtil, plásticos, editorial e gráfica). Outro elemento sazonal que influenciou no primeiro semestre é a realização da Copa do Mundo, que também ativa uma série de setores, em especial eletroeletrônicos e bebidas.

As exportações e a taxa de câmbio

Apesar de as exportações gerarem saldos positivos na Balança Comercial, a redução do preço do dólar em relação ao real, ou seja, a valorização da taxa de câmbio, estimula importação e causa impacto nas exportações.

A - Balança comercial apresenta saldos positivos

A balança comercial brasileira, que expressa o saldo das exportações e importações, continua a apresentar resultado favorável, devido aos aumentos observados, no período recente, nas vendas e nos preços das *commodities* (itens básicos comercializados no mercado internacional; por exemplo, produtos agrícolas *in natura* como soja e milho ou produtos minerais).

As exportações brasileiras se concentram em bens semi-manufaturados e manufaturados. O saldo comercial de 2005 foi 33% superior ao de 2004 (US\$ 44,8 bilhões, em 2005, contra US\$ 33,6 bilhões, em 2004), e o crescimento segue em 2006.

B -Taxa de câmbio favorece importações e reduz exportações em, alguns setores

O valor do dólar seguiu se depreciando em relação ao real nos quatro primeiros meses do ano, valorizando a taxa de câmbio. Houve aumento das importações, barateadas por esse movimento cambial e causou impacto negativo sobre a produção e a renda de setores produtores no país.

O aumento das importações diminuiu o saldo da balança comercial e reduziu exportação de alguns setores industriais não-ligados a cadeias produtivas internacionalizadas.

Encontrar o ponto de equilíbrio na relação dólar-real é o desafio presente na atual política de câmbio livre. As variações cambiais decorrentes dos acontecimentos da economia internacional (elevação da taxas de juros americanas, entrada de recursos externos, entre outras) e da economia nacional (ritmo de queda da taxa de juros, metas de inflação) têm sido uma variável-chave para compreender o comportamento do PIB brasileiro em 2006.

É pouco provável que o quadro internacional venha se alterar bruscamente até o final deste ano, indicando que eventuais ajustes na política cambial devem ser orientados, sobretudo, pela evolução dos indicadores internos da economia brasileira.

Quadro internacional

Para este ano, a expectativa é de crescimento da economia internacional, apesar de existirem movimentos (alta do preço do petróleo e elevação dos juros americanos) que podem abalar esse crescimento.

A -Perspectiva de crescimento internacional

No quadro internacional, as expectativas para 2006 são de manutenção do ritmo de crescimento internacional verificado em 2005, e, no caso da América Latina, até uma taxa ligeiramente superior. Isto se explica pela:

- a) persistência do crescimento chinês
- b) dinâmica transmitida à economia internacional, pelas importações americanas e pelo déficit em conta corrente dos EUA.

B - O que pode atrapalhar o ritmo do crescimento internacional?

- a) alta dos preços do petróleo
- b) alta de preço de outras *commodities*
- c) elevação dos juros americanos.

Apesar de o FED (Banco Central dos EUA) ter elevado os juros em 0,25 ponto percentual para reduzir pressões inflacionárias, também sinalizou para uma estabilização neste novo patamar da taxa de juros. Apesar destas declarações, deve-se observar o impacto que esse movimento terá nos fluxos internacionais de capitais e na relação a ser estabelecida entre as principais moedas e, deste ponto de vista, também nos fluxos comerciais.

d) redução dos fluxos de capitais para os chamados “mercados emergentes”, entre os quais o brasileiro.

Isto poderia trazer instabilidade financeira no mercado internacional no próximo período, até porquê quase todos os países, hoje em dia, permitem o fluxo livre dos capitais financeiros, tendo desarmado os mecanismos de controle de capitais que poderiam servir como defesa a estes movimentos.

C - Perspectivas para os próximos anos

O cenário internacional não deverá ser mais tão generoso para o crescimento econômico internacional. O quadro não deverá sofrer bruscas mudanças até o final deste ano, mas a sensação geral é que já se entrou em uma fase nova da economia internacional, caracterizada por instabilidades e possibilidades de ganhos associadas a movimentos especulativos bruscos.

Considerações sobre a conjuntura: perspectivas para as negociações coletivas

Conforme apontam diversas sondagens, o crescimento do PIB brasileiro para este ano deverá se situar em torno de 4%, impulsionado pela demanda doméstica, com investimento mais vigoroso e aumento do consumo das famílias em decorrência da elevação da massa salarial. Ainda é cedo para avaliar o impacto da instabilidade internacional sobre a economia nacional, sobretudo porque não está delineado um cenário mais firme de persistência destas restrições. Mas, a significativa melhora nas contas externas, verificada nos últimos anos, ajuda muito a desanuviar o horizonte econômico.

Entretanto, esse quadro não dá confiança suficiente para delinear um cenário para além do final deste ano. Os investimentos registrados foram, aparentemente, puxados pela construção civil ou por uma avaliação em relação ao dólar, eventualmente uma antecipação de renovação de máquinas aproveitando o dólar barato. Neste sentido, tem pouca relação com a dinâmica da demanda interna que continua “patinando”, premida pelos elementos de manutenção do ajuste fiscal e do superávit primário de 4,25% do PIB, que seguem como referência para o ano que vem.

Assim, não devem ser esperados impactos significativos sobre a renda e o emprego derivados do investimento. O ritmo de crescimento do emprego formal deverá seguir as médias mensais de geração de postos de trabalho observadas em 2005. Sobre a renda, prevalecem os estímulos das políticas sociais e da elevação do mínimo que indicam uma clara recuperação do poder de compra para os trabalhadores que recebem rendimentos em torno do salário mínimo, fomentando de forma diferenciada as atividades produtivas vinculadas a esta faixa de renda. A reposição da inflação anual acumulada para as categorias com data-base neste segundo semestre deverá se situar na faixa de 3%, sinalizando que as pautas das campanhas salariais poderão ser ampliadas para a negociação de outros itens da agenda da remuneração, como por exemplo, os ganhos de produtividade, a PLR, entre outros.

As negociações do segundo semestre do ano devem se dar num cenário sem significativas transformações, com indicações de uma forte presença na agenda sindical da discussão sobre os pisos (dada a elevação do mínimo) e, para as empresas exportadoras ou que competem com importações, um olhar atento no cenário externo.

DIEESE

Direção Executiva

Carlos Andreu Ortiz – Presidente
STI. Metalúrgicas de São Paulo
João Vicente Silva Cayres – Vice-presidente
Sind. Metalúrgicos do ABC
Antonio Sabóia B. Junior – Secretário
SEE. Bancários de São Paulo
Carlos Eli Scopim – Diretor
STI. Metalúrgicas de Osasco
Alberto Soares da Silva – Diretor
STI. Energia Elétrica de Campinas
Zenaide Honório – Diretora
APEOESP
Pedro Celso Rosa – Diretor
STI. Metalúrgicas de Curitiba
Paulo de Tarso G. B. Costa – Diretor
Sind. Energia Elétrica da Bahia
Levi da Hora – Diretor
STI. Energia Elétrica de São Paulo
Carlos Donizeti França de Oliveira – Diretor
Femaco – FE em Asseio e Conservação
do Estado de São Paulo
Mara Luzia Feltes – Diretora
SEE. Assessoria Perícias e Porto Alegre
Célio Ferreira Malta – Diretor
STI. Metalúrgicas de Guarulhos
Eduardo Alves Pacheco – Diretor
CNTT/CUT

Direção técnica

Clemente Ganz Lúcio – diretor técnico
Ademir Figueiredo – coordenador de desenvolvimento e estudos
Nelson Karam – coordenador de relações sindicais

Equipe técnica

Adhemar Mineiro
Jefferson José da Conceição
José Álvaro Cardoso
Murilo Barella
Nelson Karam
Patrícia Lino Costa
Paulo Jäger
Geni Marques (revisão)
Iara Heger (revisão)